

"A Libras é legal": o papel da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos no reconhecimento linguístico da Língua Brasileira de Sinais

["A Libras é legal": the role of the National Federation for the Education and Integration of the Deaf in the legal recognition of Brazilian Sign Language]

Vanessa Anachoreta

Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)¹

vanachoreta@letras.up.pt

In C. Morgado, A. M. Brito, A. Mineiro, J. A. Costa, M. Moita, V. Anachoreta & I. Oliveira (Eds.). *Portuguese Sign Language and other sign languages: Studies on morphosyntax, semantics and lexicon* (133-156). CLUP/FLUP; InED/ESE-P.PORTO; FCSE/UCP. <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-50-5/pora7>.

¹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos «UIDB/00022/2020» e «UIDP/00022/2020».

RESUMO: O presente trabalho, partindo da perspectiva teórica da Historiografia Linguística, tem como objetivo investigar o papel da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) no processo de reconhecimento linguístico da Língua Brasileira de Sinais. Foram selecionados quatorze relatórios de atividades anuais da instituição produzidos entre 1987 e 2003, analisados a partir de parâmetros internos - a concepção de língua e argumentos para a oficialização - e externos - o clima de opinião da época e as estratégias utilizadas para a difusão da Libras. Os resultados indicam que a defesa pela valorização da Libras se embasou historicamente na visão de que seu reconhecimento era o único meio de garantir o acesso da comunidade surda à cidadania e sua inclusão na sociedade. Constata-se também uma forte crítica ao assistencialismo e o combate à ideologia dominante da época, que concebia a surdez a partir de uma visão medicalizada. Por fim, entre as inúmeras estratégias da FENEIS para a difusão, consolidação e reconhecimento da Libras, destacam-se as iniciativas no âmbito da oferta dos cursos de língua de sinais e da valorização da profissão do intérprete de Libras.

PALAVRAS-CHAVE: Libras; línguas de sinais; reconhecimento linguístico; Historiografia Linguística.

ABSTRACT: This work, based on the theoretical perspective of Linguistic Historiography, aims to investigate the role of the Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) in the process of language recognition of the Brazilian Sign Language. Fourteen reports on the institution's annual activities produced between 1987 and 2003 were selected and analyzed based on internal parameters - the conception of language and arguments for officialization - and external parameters - the climate of opinion at the time and the strategies used to disseminate Libras. The results indicate that the defense for the promotion of Libras was historically based on the perspective that its recognition was the only way to guarantee the deaf community's access to citizenship and their inclusion in society. There is also a strong criticism of the dominant ideology of the time, which understands the deafness from a medicalized perspective. Finally, among the numerous FENEIS strategies for the dissemination, consolidation and recognition of Libras, the initiatives of offering sign language courses and valuing the profession of the Libras interpreter stand out.

KEYWORDS: Libras; sign languages; minority language recognition; Linguistic Historiography.

Introdução

O processo histórico de reconhecimento linguístico da Língua Brasileira de Sinais (Libras) é marcado por lutas e contradições. Isso porque, ainda que fontes documentais revelem que as línguas de sinais - na época, consideradas “linguagens mímicas” - circulam no espaço educativo desde a criação das primeiras instituições brasileiras para surdos, a defesa científica por métodos voltados para o ensino da língua oral relegou essas línguas ao desprestígio e ocasionou o apagamento de investigações científicas na área.

As políticas governamentais voltadas para a instrução de surdos no país surgiram a partir do século XIX. Estudos (Rodrigues, 2002; Rocha, 2009; Soares, 2015) afirmam que a historiografia da área teve seu início com a criação do atual Instituto Nacional de Educação de Surdos no Rio de Janeiro² em 1857 pelo professor francês surdo Eduard Huet. Rocha (2009) relata que, apesar de o ensino formal ser voltado para as disciplinas de Linguagem Articulada, Leitura sobre os lábios (para aqueles que tivessem aptidão) e Escrita do português, os sinais eram utilizados pelos alunos no cotidiano do Instituto.

Uma fonte documental importante deste período é a publicação *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos* de 1875. A obra, desenhada pelo ex-aluno e repetidor do Instituto Flausino José da Costa Gama, tinha como objetivo sistematizar e divulgar a língua de sinais utilizada no Instituto. Segundo Rocha (2009), a partir dos sistemas já usados pelos surdos de várias regiões do Brasil e da influência da Língua de Sinais Francesa, consolidou-se uma língua de sinais que, mais tarde, se tornaria a Língua Brasileira de Sinais. Conforme desenvolve a autora:

Foi na gestão do Doutor Tobias Leite que a comunicação gestual, hoje reconhecida como Libras (Língua Brasileira de Sinais), de forte influência francesa, em função da nacionalidade do fundador do Instituto, foi espalhada por todo Brasil pelos alunos que regressavam aos seus locais de origem quando do término do curso e, também, pela disseminação

² O atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) já teve diversas denominações, como: Colégio Nacional para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos (1856-1857), Instituto Imperial para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos (1857-1858), Imperial Instituto para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos (1858-1874), Instituto dos Surdos-Mudos (1874-1890), Instituto Nacional de Surdos-Mudos (1890-1957) e Instituto Nacional de Educação de Surdos (1957-atual).

de algumas publicações feitas no Instituto como veremos adiante. Uma delas foi produzida no ano de 1875, desenhada pelo ex-aluno do Instituto Flausino José da Gama, que assumiu a função de repetidor depois de concluir seus estudos. Trata-se do livro *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos*.

[...] A ideia de realização dessa obra partira do próprio Flausino ao tomar conhecimento de um exemplar da biblioteca do Instituto de obra semelhante, realizada pelo professor surdo Pellisier, profissional do Instituto de Paris. Tobias apoiou a iniciativa do ex-aluno acreditando que, com a divulgação do livro, os *fallantes* ao conhecerem os sinais pudessem conversar com os surdos. Portanto, aqui podemos identificar a visão estratégica que tinha o diretor Tobias ao apoiar a iniciativa de Flausino. (Rocha, 2009: 42-43)

Entretanto, a partir da segunda metade do século XIX, constata-se o fortalecimento da defesa pelo ensino da língua oral como proposta educativa no debate científico em inúmeros eventos³ na área. Entre eles, destaca-se o Congresso de Milão em 1880, evento no qual o Método Oral⁴ foi eleito como o método de ensino mais indicado no processo educacional dos surdos.

Com a consolidação de métodos oralistas, Skliar (1997) afirma que a maior parte das escolas implementou metodologias oralistas e o uso dos sinais no contexto educativo foi proibido com o argumento de que eles tornavam os surdos supostamente preguiçosos para a fala e prejudicavam o aprendizado da língua oral. Por outro lado, Moura e Silva (1896), ao analisar o resultado do Congresso de Milão, salvaguardou em seu relatório que o Método Oral Puro não foi adotado por todas as instituições, pois os pesquisadores reconheciam que nem todos os surdos poderiam ser oralizados.

No contexto brasileiro, a partir do Congresso de Milão em 1880, o Oralismo começou a ser implementado no Instituto gradualmente até abranger todas as turmas. No entanto, estudos (Rocha, 2008; Rocha, 2009; Soares, 2015; Januzzi, 2004) esclarecem que a recomendação, até os anos 50, do ensino da língua oral - principalmente a modalidade da fala - era direcionada apenas para os surdos que

³ Entre os eventos, podemos citar: o Congresso Italiano de Professores de Surdos-Mudos (1873), o Primeiro Congresso Internacional sobre a Instrução dos Surdos-Mudos (1878), o Congresso de Bordeaux (1881), o Congresso de Gênova (1892) e o Congresso Internacional de Paris (1900).

⁴ Segundo Silva (2003), o método oral busca, por meio da leitura labial, do treinamento auditivo e da articulação das palavras, capacitar o surdo para a compreensão e a produção da língua oral. Neste tipo de ensino, também é utilizada prótese individual para amplificação dos sons, de modo a aproveitar os resíduos auditivos do aluno surdo.

apresentassem resíduos auditivos, não para todos os alunos do Instituto. A partir da década de 50, a oralização passou a ser recomendada para todos os alunos do Instituto e, apesar de pesquisas⁵ elucidarem que os sinais não foram proibidos na instituição, há uma tentativa de desestimular o seu uso neste espaço.

Paradoxalmente, o desencorajamento à utilização dos sinais no ambiente escolar fez com que a comunidade surda⁶ buscasse criar espaços nos quais a sua forma de comunicação não fosse inferiorizada, surgindo, com isso, as primeiras associações e federações de surdos nesse período. Essas instituições exerceram um importante papel na organização política dos movimentos surdos e na luta pela defesa e divulgação das línguas de sinais no mundo.

Neste sentido, o final do século XX foi marcado pela organização dos movimentos surdos em prol da reivindicação pelo reconhecimento linguístico das línguas de sinais e pela garantia do seu uso em todos os contextos sociais para a comunidade surda. Inúmeras leis e decretos foram implementados mundialmente para garantir o acesso dos surdos ao ensino e às línguas de sinais. No Brasil, tal legitimação aconteceu quando a Lei 10.436, promulgada em 2002, reconheceu a Língua Brasileira de Sinais como “a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (Lei 10.436, 2002).

Buscando aprofundar este contexto, o artigo tem como objetivo analisar de que forma a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) - associação considerada como um dos espaços de produção, circulação e institucionalização do conhecimento na área - atuou no processo de reconhecimento da Libras como uma língua. Partindo da perspectiva teórica da Historiografia Linguística, pretende-se contribuir para a narrativa histórica a respeito do reconhecimento linguístico da Língua Brasileira de Sinais.

⁵ Consultar Dória (1954); Dória (1957); Dória (1958); Rocha (2008); Rocha (2009); Anachoreta (2022); Anachoreta (2023).

⁶ De acordo com Nakagawa (2012), o conceito de comunidade surda pode ser definido como “um espaço de trocas simbólicas em que as línguas de sinais, a experiência visual e os artefatos culturais surdos são partilhados entre sujeitos Surdos (e ouvintes) que congregam interesses comuns e projetos coletivos” (Nakagawa, 2012: 31).

Neste sentido, o trabalho organiza-se em quatro partes, balizadas pela Introdução e pelas Considerações Finais. Inicialmente, é desenvolvido o referencial teórico-metodológico da investigação. Depois, é narrada uma breve contextualização histórica das associações para surdos no Brasil. Em seguida, é feita a análise interna do *corpus*, investigando quais as concepções de língua presentes nas fontes históricas e quais os argumentos utilizados em prol da oficialização da Libras. Por fim, é realizada a análise externa, identificando quais as estratégias utilizadas pela instituição em questão para a consolidação, difusão e reconhecimento das línguas de sinais.

1. Referencial teórico-metodológico

A Historiografia Linguística, segundo Koerner (2014), é um campo interdisciplinar que analisa como o conhecimento linguístico foi construído no decorrer da História. Neste sentido, Swiggers (2019) explica que o historiógrafo busca compreender quais ideias intelectuais sobre a língua foram elaboradas no passado: como determinada ideia foi produzida, enquadrada e difundida; em qual contexto sócio-histórico ela foi defendida; e de que forma foi recebida pelo clima de opinião de sua época.

Tendo com conta que a produção do conhecimento é coletiva, torna-se relevante para esta perspectiva teórica o aspecto social que circunda as ideias intelectuais, pois estas circulam em diferentes esferas inseridas em um determinado contexto histórico. Além disso, Batista (2020) esclarece que a legitimação de um saber científico não ocorre apenas devido ao mérito de uma teoria, e sim a partir de estratégias de difusão, aceitação e validação, feitas por agentes para o reconhecimento da produção intelectual. O autor desenvolve:

A validação de saberes se materializa, em meio a fatores sociais (posições institucionais, financiamentos, publicações, formação de pesquisadores), nas manifestações discursivas dos indivíduos e grupos envolvidos na produção e difusão de conhecimento.
[...] Nesse sentido é que se pode compreender por que determinadas iniciativas científicas e intelectuais, em recortes temporais e localizações espaciais específicos, não alcançam o resultado esperado e são

abandonadas logo em sua proposição. As comunidades científicas, assim, é que determinam a presença ou ausência de teorias e métodos na história da elaboração de conhecimentos em uma área do saber. (Batista, 2020: 76-77)

Para a realização da investigação historiográfica, são analisadas fontes históricas, que funcionam como materialidades textuais que retratam as ideias intelectuais produzidas no passado. Nesta análise, são observados aspectos internos dos documentos e aspectos externos, relacionados ao contexto sócio-histórico em que as fontes se localizam. Na presente pesquisa, o *corpus* foi constituído a partir de fontes históricas eleitas de acordo com três critérios: temática, campo geográfico e momento histórico. Foram localizados quatorze⁷ Relatórios de Atividades Anuais da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, produzidos entre os anos de 1987 - ano de fundação da instituição - e 2003 - o ano seguinte à promulgação da Lei 10.436. Tais documentos, além de fornecerem informações relevantes sobre a organização e a estrutura da instituição, descreverem suas metas e as atividades realizadas para o cumprimento de seus objetivos.

Em relação aos parâmetros de análise, foram contemplados como parâmetros internos a concepção da Língua Brasileira de Sinais e os argumentos para sua oficialização presentes nos documentos. Já como parâmetros de análise externos foram selecionados a contextualização do clima de opinião da época e as estratégias utilizadas pelos agentes para a consolidação, difusão e reconhecimento das línguas de sinais. Assim, busca-se compreender de que forma esta instituição atuou na campanha para o reconhecimento linguístico da Libras.

2. Um breve histórico sobre as associações para surdos

Devido ao processo de medicalização da surdez (Skliar, 1997; Sánchez, 1990; Quadros, 2004; Silva, 2006), esta condição foi concebida historicamente como uma patologia que afetava a competência linguística e o desenvolvimento

⁷ Os anos dos relatórios selecionados são: 1987, 1988, 1990, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003.

cognitivo dos surdos, podendo ser supostamente curada apenas por meio do ensino da língua oral - principalmente da modalidade da fala. Como aponta Quadros (2004), a vertente médica compreende os sujeitos surdos como deficientes auditivos que apresentam uma limitação e, desta forma, constrói uma representação identitária para eles focada apenas na ausência da habilidade de ouvir.

Esta vertente, que exerceu uma forte influência no clima de opinião dos séculos XIX e XX, apresentava como principal objetivo a normalização e homogeneização destes sujeitos para a sua inserção no processo produtivo. Com isso, os projetos educativos direcionados para surdos foram, muitas vezes, resumidos à oralização e ao ensino de um ofício.

Dialogando com estas ideias intelectuais, um fenômeno observado na década de 50 é o desencorajamento à utilização dos sinais no Instituto do Rio de Janeiro. Tendo em conta o funcionamento desta instituição como um local de convivência em que eram estabelecidos modelos de ser surdo (Lopes e Veiga-Neto, 2006), tal dinâmica no cotidiano escolar gerou a necessidade de os surdos criarem espaços em que as suas especificidades não eram inferiorizadas. Como contextualiza Nakagawa (2012):

Mas muitos surdos resistiam, clandestinos, aos imperativos oralistas, e faziam de suas mãos conversas em momentos privados, longe dos olhos e do policiamento ouvintista. Nas ruas, nos dormitórios das instituições - às escondidas -, em encontros com amigos, a comunicação manual sobrepunha-se aos esforços da fala, mantendo uma linha tênue de confronto contra as imposições que lhes eram ditadas. Não só a comunicação mudava de modalidade (de uma modalidade oral-aural/oral-auditiva para outra visual-espacial/viso-motora) na presença de outros interlocutores surdos, como muitas práticas simbólicas eram partilhadas nesses sítios em que se driblavam os ditames das imposições ouvintes. As formas de convivência, de associação, de resistência e de luta entre sujeitos surdos eram das mais diferentes, de acordo com os lugares em que se davam, mas se mantinham (com menos ou mais resiliência) acesas. (Nakagawa, 2012: 22)

O fortalecimento da comunidade surda possibilitou a organização de movimentos surdos e a criação de inúmeras associações para a garantia de direitos da comunidade - como o acesso à língua, à educação e ao trabalho. Sobre

essa questão, Strobel (2009) reflete:

Uma associação de surdos surge em função de reunir sujeitos surdos que participam e compartilham os mesmos interesses em comuns, assim como os costumes, as histórias, as tradições em comuns, em uma determinada localidade, geralmente em uma sede própria ou alugada, ou cedida pelo governo e outros espaços físicos.

A Associação de Surdos representa importante espaço de encontro entre os sujeitos surdos da comunidade surda. Importantes movimentos em prol a causa de surdos se originaram e ainda se resultam das reuniões e assembleias nas associações de surdos que ocorrem por todo o Brasil. (Strobel, 2009: 42-43)

No âmbito global, Widell (1992) destaca que a luta dos surdos incentivou a criação da World Federation of the Deaf (WFD) no primeiro Congresso Mundial de Surdos em Roma em 1951. Esta associação, atuante até hoje, tem como metas promover os direitos humanos e o acesso às línguas de sinais, representando os interesses das pessoas surdas e combatendo as desigualdades sofridas por esta comunidade.

No território brasileiro, Albres (2005) cita a fundação da Associação de Surdos do Brasil no Rio de Janeiro em 1951, a Associação de Surdos em São Paulo em 1954, a Associação de Surdos em Belo Horizonte em 1956 e a Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo (APADA) em 1969. Segundo a pesquisadora, as associações, onde a língua de sinais era permitida e valorizada, funcionavam como locais de resistência e de construções de novas identidades para a comunidade surda. A esse respeito, Klein (2005) acrescenta:

A comunidade surda vê nos movimentos surdos uma possibilidade de caminhada política de resistência às práticas *ouvintistas* até então hegemônicas nos diferentes espaços educacionais, sociais e culturais, como também, um espaço de luta pelo reconhecimento da Língua de Sinais e das identidades surdas (Klein, 2005: 1).

Outros exemplos de associações e instituições são citados no Relatório Anual de 1987 da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, como: o Centro Educacional de Audição e Fala (CEAL), a Associação do Deficiente Auditivo do Distrito Federal, a Associação Alvorada Congregadora dos Surdos, as

Associações dos Surdos de Cuiabá e do Mato Grosso do Sul, o Instituto Londriense de Educação de Surdos, a Escola Estadual Francisco Salles, o Instituto Nossa Senhora de Lourdes, a Associação Bem Amado dos Surdos do Rio de Janeiro, a Associação de Pais e Amigos de Audio Comunicação e o Instituto Pedagógico de Reabilitação e Inclusão (ISPERE). De acordo com esta fonte histórica, essas instituições eram responsáveis também por promover cursos de línguas de sinais pagos em diferentes estados do território brasileiro, o que gerava recursos financeiros para a realização de iniciativas em prol da comunidade surda.

Entre as associações brasileiras, destaca-se a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, fundada no Rio de Janeiro em 1977. Inicialmente, esta instituição foi chamada de Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos (FENEIDA). Entretanto, em 1987, ela mudou de nome após um grupo de surdos, organizador da Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos, ser vencedor nas eleições para a diretoria da entidade. Como contextualiza Klein (2005):

A Assembleia Geral de 16 de maio de 1987 marca a data de fundação da FENEIS, quando estiveram presentes representantes de associações de surdos de vários estados brasileiros, dando legitimidade ao grupo que assumia a entidade. Os relatos sobre os anos posteriores são marcados por entusiasmo e determinação no sentido de lutar pelo reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais, pelos direitos das crianças, adolescentes e adultos surdos à educação, ao lazer, à cultura, ao trabalho, entre outros. (Klein, 2005: 6)

Ativa até os dias atuais, a FENEIS tem como objetivos incentivar a promoção e o desenvolvimento de medidas voltadas para o acesso à cultura, a educação e a profissionalização dos sujeitos surdos. Historicamente, esta entidade de representação nacional da comunidade surda exerceu um importante papel na divulgação da língua de sinais utilizada no Brasil e na luta pelo seu uso em outros espaços, principalmente na escola.

3. A defesa pelo reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais como uma língua

As fontes documentais revelam que, desde o início do seu funcionamento em 1987, a FENEIS apresentou como principal meta a inclusão do sujeito surdo na sociedade, integração que aconteceria por meio da divulgação das línguas de sinais. No entanto, observa-se nos documentos uma mudança em relação aos argumentos utilizados para justificar a importância do reconhecimento linguístico da Libras.

Nos primeiros anos da instituição, a Libras era descrita nos relatórios como meio natural de comunicação dos surdos e como mediadora cultural. Com isso, sua defesa era justificada a partir da problemática da comunicação, já que as dificuldades na interação oral isolavam a comunidade surda do ambiente social ouvinte:

Na maioria das vezes, as pessoas nos escondem pela nossa deficiência e não como seres humanos: desejamos ser integrados dentro da sociedade como todas as outras pessoas civilizadas. A nossa atividade permite mostrar o quanto podemos participar da sociedade, enquanto a contrapartida é prejudicada pelas dificuldades da comunicação que nos é imposta. (FENEIS; 1987: 3)

Em 1995, ocorreu o Congresso Mundial de Surdos em Viena, evento em que foi defendido um programa mundial a favor das línguas de sinais. Segundo o relatório da instituição do mesmo ano, esta posição era baseada em teses já comprovadas por autoridades da área, como linguistas, psicólogos, fonoaudiólogos e pedagogos (FENEIS, 1995). Com isso, a necessidade do reconhecimento da Libras passou a ser justificada por meio dos argumentos de que esta língua possibilitava os sujeitos surdos acederem ao conhecimento e de que era um direito o acesso da comunidade surda às suas língua e cultura próprias, como destacado no trecho abaixo:

A história da Língua de Sinais vem sendo acrescida de novos temperos, já que o Surdo tem direito de saber sobre AIDS, economia, violência,

política, moda, greve e tudo o que se passa no mundo. O como já foi respondido: Libras – Língua Brasileira de Sinais. Falta saber o quando. Reconhecimento e oficialização dependem de leis. E é por elas que a FENEIS tem lutado. (FENEIS, 1995: 1)

No final do século XX, a defesa para o reconhecimento linguístico da Libras através do argumento de que o acesso à língua é um direito ganhou força, como exemplificado no trecho do relatório de atividades da instituição de 1997: “a integração por caridade deixa lugar para uma luta de poder que é encabeçada pelo próprio surdo, dono de sua “voz” e de seu direito enquanto cidadão” (FENEIS, 1997). No relatório de atividades de 1999, também é citada a defesa da Libras como uma luta para a garantia de direitos da comunidade surda:

A FENEIS é filiada à Federação Mundial de Surdos (FMS / WFD), que tem sede e administração na Finlândia. Esta última tem como meta básica a defesa dos direitos dos surdos, possuindo relações intrínsecas com a ONU, UNESCO, OEA e OIT, no sentido de juntas garantirem os direitos culturais, sociais e linguísticos dessa população em todos os continentes e com a qual a FENEIS mantém intercâmbio constante, recebendo informações científicas de todas as áreas envolvidas. (FENEIS, 1999: 5)

Dialogando com esta visão, o relatório de 2002, elaborado no mesmo ano da promulgação da Lei 10.436, cita a defesa pela igualdade entre sujeitos e a conquista da autonomia pela comunidade surda, garantida por meio do acesso desta comunidade a direitos, como sistemas de saúde, educação, jurídico, entre outros. De acordo com esta fonte, “a conquista efetiva dos direitos dos surdos só se dá mediante a divulgação da legislação e da Libras” (FENEIS, 2002). Após seu reconhecimento jurídico, a Libras passa a ser referenciada nos documentos analisados como a língua materna do sujeito surdo. No relatório de 2003, é discutida ainda a importância da valorização da cultura surda, compreendida como um traço identitário relevante para a comunidade. Observa-se também um redirecionamento em relação às novas metas da instituição após esta conquista:

Uma das nossas lutas constantes, que não se interrompe em 2003, é pelo cumprimento da lei de oficialização da Libras. Alguns setores ainda possuem uma mentalidade tradicionalista, pouco inclusiva e preconceituosa, o que impede o efetivo cumprimento da lei nacional. [...]

A luta não pára por aqui. Ainda há muito por fazer pela comunidade surda. Consciente disso, a Feneis reitera diariamente o seu compromisso de luta pela melhoria da qualidade de vida dos surdos e pelo reconhecimento da cultura. (FENEIS, 2003: 3)

Em consonância com a defesa da Libras, observa-se também nos documentos uma forte crítica ao assistencialismo, direcionado historicamente para a educação deste público. Estudos na área (Rocha, 2009; Soares, 2015) refletem que, ao longo da História, a maior parte das iniciativas educativas voltadas para surdos foi fruto da benevolência. Com isso, este ensino, por apresentar um caráter mais assistencialista do que propriamente educacional, não promoveu a igualdade e a independência dos surdos. Com o intuito de combater esta visão, a instituição defende em seus relatórios:

Eliminou-se palavras como piedade, ajuda e dificuldade do dicionário daqueles que engajaram nessa luta. O ideal seria fazer a cidadania, partindo do pressuposto básico de que todo ser humano traz, dentro de si, a necessidade básica da COMUNICAÇÃO. [...] Um surdo pode, tem poder, consegue, mesmo que de forma diferente, mostrar seu desejo, realizar uma ação. (FENEIS, 1995: 1)

Reafirmamos nossa total oposição ao paternalismo que a certas ocasiões nos condenam. Buscamos a superação das "diferenças" sem os olhares piedosos e às vezes surpresos com o que fazemos. (FENEIS, 1997: 3)

O caráter filantrópico da FENEIS ultrapassa o assistencialismo e a caridade, sendo que fornece condições para o real desenvolvimento dos surdos, equiparando-os com os demais integrantes da sociedade. Seu papel é o de dar suporte para esse desenvolvimento, além de defender os direitos da comunidade surda junto a órgãos oficiais para garantir essas condições de igualdade." (FENEIS, 2003: 9)

Neste contexto, as fontes documentais revelam que a FENEIS, ao lutar pelo acesso à língua de sinais, advogava também a importância da organização política da comunidade surda em prol da defesa deste direito:

Consideramos da maior importância as colaborações que recebemos e queremos continuar recebendo das pessoas que ouvem. Mas consideramos também que temos que assumir a liderança de nossos problemas de forma direta e decisiva a despeito das dificuldades que possam existir relacionadas a comunicação. (FENEIS, 1988: 3)

O surdo não se colocou acomodado esperando de braços cruzados a ajuda de órgãos governamentais ou não governamentais em busca de um ato caridoso. Sujeito de sua própria ação, ele não se sentiu coitado e partiu para a luta com suas próprias armas em busca de uma real integração e da satisfação de suas reais necessidades de comunicação. Esta luta é travada dia a dia com profissionais, pais e outros segmentos sociais, já que seu objetivo visa a derrubada do muro que separa surdos e ouvintes. (FENEIS, 1997: 4)

Gesser (2009) esclarece que esta perspectiva, defendida pelo movimento surdo e pela FENEIS, rejeita a ideologia dominante vinculada aos estereótipos constituídos pelo saber clínico e avista outras formas de vivenciar a diferença, compreendendo a surdez como um *modus vivendi* relacionado com uma apreensão do mundo por meio do visual e não do sonoro. Nakagawa (2012) acrescenta:

(...) a surdez abandona o campo discursivo das deficiências, da patologia e dos enunciados biomédicos e passa a ocupar um lugar privilegiado no campo dos estudos da cultura, das ciências sociais, da linguística, da educação e antropologia, como um objeto novo a suscitar cada vez mais interesse por parte de militantes e investigadores. Para além de narrativas clínicas e de postulados médicos, falar e sinalizar sobre a surdez é adentrar em questões de identidades, expressões culturais, diferenças, lutas por conquistas e efetivações de direitos. (Nakagawa, 2012: 24-25)

Na direção socioantropológica, as línguas de sinais, por terem um *input* visual e perceptível aos surdos, são defendidas como as línguas naturais dessa comunidade, que passa a ser representada a partir de sua pertença a uma minoria linguística com marcas culturais próprias e detentora de uma língua visuoespacial.

4. O papel da FENEIS no processo de reconhecimento linguístico da Libras

Brito (2021) explica que a reivindicação pelo reconhecimento jurídico da língua sinalizada pelos surdos brasileiros ao longo do século XX tornou-se uma campanha de abrangência nacional. Por meio do financiamento da Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) e de parcerias com

outras associações, a FENEIS obteve recursos para a construção de escritórios regionais em diferentes capitais, ampliando sua atuação no território brasileiro:

[...] tendo em vista a especificidade do modo de comunicação em sinais dos surdos, que à época dependia quase que exclusivamente da interação face a face para ocorrer, uma das estratégias mais recorrentes das lideranças surdas para divulgar o movimento e arregimentar novas adesões era visitar pessoalmente associações de surdos, assim como instituições para educação ou atendimento de surdos. Esses deslocamentos pelo território brasileiro consumiam muitos recursos, os quais foram em grande parte viabilizados por verbas públicas que assim aumentaram a capacidade de lideranças surdas ligadas à FENEIS de realizar ações de formação e mobilização de indivíduos, grupos e associações de surdos. (Brito, 2021: 123)

A instituição buscou atuar em diferentes esferas para divulgar a língua de sinais e a cultura surda. Assim, como aponta Brito (2021), estes esforços englobaram um conjunto de ações coletivas em prol de uma causa dos ativistas surdos que, gradativamente, passou a ser chamada de campanha nacional para a oficialização da Libras. Nos relatórios analisados, são citados os seguintes tipos de atividades:

- Elaboração de mídias, como programas de TV, e contratação de intérpretes de línguas de sinais para legendagem de programas televisivos, garantindo o acesso da comunidade surda à informação: Jornal Visual na TV Educativa e Jornal de Minas na TV Minas (FENEIS, 1987);

- Realização de eventos científicos para discussão de questões teóricas a respeito das línguas de sinais, metodologias de ensino e questões sociais, como aspectos culturais, emocionais e econômicos da comunidade surda: Ciclo de palestras na área da surdez, Grupo de trabalho dos profissionais de Comunicação Total do Rio de Janeiro, Encontro de Estudos de Intérpretes de Surdos do Rio Grande do Sul (FENEIS, 1990); Encontro Carioca de Intérpretes (FENEIS, 1998); V Congresso Latino Americano de Educação Bilíngue (FENEIS, 1999);

- Divulgação, através de veículos de comunicação de massa e periódicos, informações a respeito da Língua Brasileira de Sinais, das possibilidades educacionais e da capacidade laboral dos sujeitos surdos para a conscientização de pais, educadores, empregadores, autoridades e do público: Jornal da FENEIS (FENEIS, 1995); Revista FENEIS (FENEIS, 1999);
- Elaboração, publicação e distribuição de cartilhas e materiais informativos sobre a Libras, o desenvolvimento social do surdo, a função dos intérpretes e as metodologias de ensino para surdos (FENEIS, 1994);
- Apoio à elaboração de projetos de lei para a garantia de direitos da comunidade surda: Projeto de Lei nº 131 de 1996 e Projeto de Lei nº 236 de 1996 (FENEIS, 1996); Projeto de Lei nº 4857 de 1998 (FENEIS, 1999);
- Assessoramento a profissionais das áreas de Educação, Cultura, Saúde e Comunicação para o atendimento adequado ao público surdo (FENEIS, 1998);
- Acompanhamento diário de notícias sobre a comunidade surda divulgadas pela mídia e contato com os jornais ou programas para a correção de inconsistências, como: a modificação do termo “surdo-mudo” por “surdo”, o uso correto do nome “línguas de sinais” no lugar de “linguagem de sinais”, “linguagem dos gestos” ou “mímica”, entre outros (FENEIS, 1998);
- Formação de grupos de pesquisa para a realização de estudos sobre Libras, Cultura Surda, metodologias para o ensino de Libras a ouvintes e produção de materiais didáticos em formato de papel e em fitas de vídeo VHS (FENEIS, 1999);
- Elaboração de um dicionário da Libras, em parceria com a USP, com cerca de quatro mil sinais (FENEIS, 1999);
- Oferta de cursos em diferentes áreas do conhecimento com o objetivo de reforçar a aprendizagem de surdos inseridos no mercado de trabalho: Curso de

Língua Portuguesa para surdos, Oficina de Informática e Oficina de Inglês aplicado à Informática (FENEIS, 2000); Curso Encontro para Leitura e Curso de Português para Surdos na Universidade Federal do Rio de Janeiro (FENEIS, 2000);

- Parceria com instituições de ensino superior no apoio à implementação de cursos de português para surdos e à presença de intérpretes em salas de aula para a inserção de surdos em universidades brasileiras: Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade de Surdos no Brasil (FENEIS, 2000);

- Projeto, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento em Educação, para a construção de um tradutor automático português-Libras com diferentes tipos de entrada, textos orais e escritos (FENEIS, 2002).

Os exemplos acima evidenciam de que modo a FENEIS investiu seus recursos, em diferentes âmbitos, para a difusão da Língua Brasileira de Sinais pelo país. Tais ações contribuíram para o desenvolvimento de pesquisas sobre a Libras e a sua defesa como primeira língua das comunidades surdas; para a disseminação desta língua e da cultura surda para a sociedade em geral para a conscientização das demandas e direitos da comunidade surda; e para a promoção de cursos de Libras, escolas e universidades para surdos, garantindo seu acesso à educação e ao mercado de trabalho. Entre as iniciativas realizadas pela instituição, destacam-se dois campos de interesse: a criação de cursos de Libras e o apoio à valorização da profissão de intérprete de línguas de sinais.

Entre as fontes documentais analisadas, o relatório de atividades de 2001 aponta que o primeiro curso de língua de sinais da instituição foi oferecido em 1989, treze anos antes da promulgação da Lei 10.436. No entanto, o relatório de atividades do segundo ano da instituição, publicado em 1988, refere ao oferecimento de cursos de línguas de sinais em diferentes cidades do país já naquele período:

CURSO

- Curso de Libras aos professores e surdos na cidade de Cabo (Pernambuco)
 - Curso de Libras no período de um ano, administrado pelos diversos professores surdos, orientados pelo Coordenador de Libras
 - Curso de Libras na APAE em Curvelo (MG)
- (FENEIS, 1988: 12)

No mesmo relatório, é feita uma referência à profissão de intérprete da Libras. Esta carreira surgiu a partir da demanda por profissionais especializados para desempenhar a tarefa de mediação na interação entre surdos e ouvintes. Segundo o documento, a carreira consistia na seguinte função:

O QUE É INTÉRPRETE EM LÍNGUA DE SINAIS?

É um tradutor que serve de intermediário para que se compreendam os que falam línguas ou idiomas diferentes. No caso dos surdos que têm sua língua diferente do português, se comunicam através dos sinais e alfabeto manual ou digital.

O intérprete da Língua de Sinais facilita muito a comunicação e compreensão. É um intermediário entre os dois mundos: ouvintes e surdos. (FENEIS, 1988: 14)

O apoio à profissionalização da carreira do intérprete tinha como principais metas promover a integração da comunidade surda à sociedade e garantir que aquela tivesse acesso à informação e a serviços públicos. Esta defesa é proposta como uma solução para o problema de comunicação existente entre surdos e ouvintes, argumento utilizado pelos movimentos surdos também na luta pelo reconhecimento da Libras.

A partir de 1990, são criados a Coordenação dos Cursos de Língua Brasileira de Sinais e o Departamento de Intérpretes. A coordenação dos cursos tinha como função administrar os cursos oferecidos pela FENEIS em sua sede e em outras cidades, além de divulgar informações sobre a língua e oferecer formação contínua mensais aos instrutores. De acordo com o relatório de 1994 da instituição, seus objetivos eram:

6.3 - COORDENADORIA DO CURSO DE Libras

6.3.1 - OBJETIVO

A sua finalidade é divulgar a Língua Brasileira de Sinais - Libras, através de cursos, tais como o Curso de Libras para o público e o Curso para Instrutores de Libras.

Desenvolve o trabalho de conscientização junto à sociedade quanto ao direito dos surdos exercerem a sua cidadania com liberdade e respeito.

Difunde a Língua Brasileira de Sinais - Libras, buscando a sua defesa e valorização.

Busca também a valorização e o reconhecimento dos Instrutores de Libras, com remuneração pelos serviços prestados. (FENEIS, 1994: 7)

Já o Departamento de Intérpretes era responsável por apoiar a valorização do intérprete a nível profissional, oferecendo remuneração pelo seu trabalho e promovendo sua especialização através de palestras e formações. A instituição buscou incentivar também a contratação de intérpretes para trabalhar em empresas, em setores públicos e em eventos.

Anos depois, ambos os setores ganharam abrangência nacional e ampliaram sua ação na luta pelo reconhecimento da língua de sinais brasileira e da profissão de intérprete de Libras. O relatório de atividades da instituição de 1993 faz referência ao Departamento Nacional de Libras e ao Departamento Nacional de Intérpretes em Língua Brasileira de Sinais, que apresentavam como objetivos:

4.10 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE Libras

A sua finalidade é divulgar a Língua Brasileira de Sinais - Libras através de cursos, tais como o curso de Libras para o público e o Curso para Instrutores de Libras.

Faz o trabalho de conscientização da sociedade de que os surdos são cidadãos e, como tais, devem exercer a sua cidadania com liberdade e respeito.

Busca difundir a Língua Brasileira de Sinais - Libras, língua natural dos surdos, através de sua valorização e defesa.

Luta também pelo reconhecimento dos Instrutores de Libras, com remuneração pelos serviços prestados. Apenas instrutores surdos e autorizados pela FENEIS podem ensinar Libras. (FENEIS, 1993: 14-15)

4.9 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INTÉRPRETES EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

É um órgão nacional que coordena o registro de profissionais intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e zela pelo direito da comunidade surda de ter acesso a qualquer tipo de informação através de um profissional intérprete.

E tem como finalidade: 1) o reconhecimento da Libras; 2) a valorização e reconhecimento do profissional intérprete; 3) o registro dos intérpretes de Libras e cumprimento do Código de Ética do Intérprete em Libras. (FENEIS, 1993: 14)

A FENEIS, por meio de parcerias governamentais e privadas, promovia cursos em escolas públicas e em empresas localizadas em diferentes estados, além de oferecer capacitações para intérpretes e profissionais que trabalhavam com surdos. No relatório de atividades de 1996, é referido que o número de interessados pela aprendizagem desta língua foi aumentando significativamente ao longo dos anos a partir da atuação da instituição:

[...] a Federação foi procurada por empresas conveniadas, entidades diversas e instituições educacionais para o desenvolvimento de cursos de língua de sinais. Convites foram encaminhados de várias partes do país, demonstrando assim uma enorme necessidade de aumento do número de instrutores preparados para esta tarefa. Dentre os interessados pode-se notar a crescente demanda das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, preocupadas com o ensino dos seus alunos surdos. Foram desenvolvidos tanto cursos como oficinas de Libras em municípios de diversos Estados brasileiros, quando pais e profissionais puderam ter acesso a esta modalidade de comunicação gestual. (FENEIS, 1996: 7)

Em 2002, no ano do reconhecimento da Libras como meio de comunicação e expressão de natureza visual-motora da comunidade surda brasileira, foi criado o Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Secretaria de Educação Especial (SEESP) em parceria com a FENEIS e o Instituto Nacional de Educação de Surdos. Albres (2005) explica que esse programa teve o objetivo de fornecer condições para que crianças surdas aprendessem a língua de sinais do contexto brasileiro. Conforme descreve o relatório de atividades de 2002 da instituição:

Tendo em vista que a língua através da qual o surdo expressa e compreende uma mensagem com facilidade é a língua de sinais e que seus professores, mesmo os especialistas em deficiência auditiva, ainda necessitam de estudá-la para utilizá-la em sala de aula, considerando a extrema carência de professores com conhecimentos sobre a Língua de Sinais e de intérpretes, justifica-se o Programa executado.

[...] a Feneis, em parceria com o MEC/SEESP, se propôs realizar cursos para instrutores surdos, para professores (surdos e ouvintes), bem como cursos para professores-intérpretes, visando à melhoria da educação de, aproximadamente, 50.000 alunos matriculados na educação básica.
[...] A carreira dos professores que fazem parte dos sistemas estaduais ou municipais de educação prevê sua formação continuada, e o curso de Língua de Sinais ora proposto foi um fator de enriquecimento profissional sem precedentes. (FENEIS, 2002: 19)

Para a implementação da proposta, o MEC iniciou a criação de Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento aos surdos em cada estado do território nacional e, junto a FENEIS e o INES, ofereceu em 28 estados: grupos de estudos sobre a Libras; grupos de estudos sobre metodologia para o ensino de Libras; cursos básicos de Libras; cursos de capacitação para novos instrutores surdos em Libras; cursos de interpretação em Libras⁸. Segundo dados do relatório de atividades de 2002 da FENEIS, os cursos tiveram a participação de 468 profissionais nos cursos para instrutores, 1.193 profissionais nos cursos para professores e, ao todo, 818 profissionais aprovados.

O oferecimento de cursos de Língua Brasileira de Sinais e o investimento na capacitação e profissionalização de intérpretes de Libras possibilitaram a difusão da língua em diferentes setores da sociedade. Como resultados da sua atuação, a instituição aumentou significativamente a oferta no ensino de língua de sinais para surdos, incentivou a formação linguística de profissionais que trabalhavam com este público e impulsionou o conhecimento sobre esta língua e a cultura surda ao divulgar materiais com informações para a sociedade em geral.

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo analisar a atuação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos no processo de reconhecimento jurídico da Língua Brasileira de Sinais como uma língua. O breve panorama desenvolvido evidencia que a instituição contribuiu para a organização política da

⁸ Para mais informações, consultar o Relatório Anual de Atividades da FENEIS de 2002. Disponível em: https://issuu.com/feneisbr/docs/feneis_relato_rio_2002

comunidade surda, fortalecendo a reivindicação coletiva pelo reconhecimento das dimensões política, linguística, social e cultural da surdez.

As análises revelam que a defesa pela valorização da Libras se embasou historicamente nas concepções de que esta língua era o meio de comunicação, o meio de acesso à cultura e meio de acesso ao conhecimento pela comunidade surda. Desta forma, seu reconhecimento era o único modo de garantia do acesso à cidadania e a direitos pelos surdos.

Observa-se também nos documentos analisados uma forte crítica ao assistencialismo. O discurso promovido pela instituição destacava a responsabilidade da comunidade surda na luta por seus direitos e a convocava para assumir a liderança nesta reivindicação, argumentando que as conquistas só viriam a partir da organização política dos sujeitos surdos. Esta posição combateu a ideologia dominante da época, que concebia a surdez a partir de uma visão medicalizada, e provocou mudanças na compreensão social dos surdos: se antes eram considerados portadores de uma deficiência e vistos como inferiores aos ouvintes devido a sua condição supostamente limitante, esses sujeitos passaram a reclamar o reconhecimento da surdez como uma diferença linguístico-cultural.

Por fim, constata-se a presença de inúmeras estratégias da FENEIS para a difusão, consolidação e reconhecimento da Libras. Entre elas, destacam-se as iniciativas no âmbito da oferta dos cursos de língua de sinais e da valorização da profissão do intérprete de Libras. Essas ações foram fundamentais para a ampliação do acesso do sujeito surdo à Libras e a serviços em instituições públicas e privadas, assim como para a divulgação das línguas de sinais e da cultura surda por todo o país, de modo a conscientizar a população geral sobre as demandas e as necessidades desta comunidade.

Referências

Albres, N. de A. (2005). *A educação de alunos surdos no Brasil do final da década de 1970 a 2005: análise dos documentos referenciadores*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul]. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190866>

- Anachoreta, V. (2022). Ensino para surdos no Brasil no século XX contribuições de educadores para a área. *Linguarum Arena*, 13, 29-43.
- Anachoreta, V. (2023). A Escola Nova e a educação de surdos no Brasil na década de 50. Em *Pelos Mares da Língua Portuguesa 5 - Língua e ensino* (397-418). Aveiro: UA Editora.
- Batista, R. de O. (2020). *Fundamentos da pesquisa em historiografia linguística*. Campinas: Editora Mackenzie.
- Brito, F. B. de. (2021). *Movimento Social Surdo e luta pelo reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais*. Curitiba: CRV.
- Dória, A. R. (1954). *Compêndio da educação da criança surda-muda*. Rio de Janeiro: MEC / INSM.
- Dória, A. R. (1957). *Introdução à didática da fala*. Rio de Janeiro: MEC / INSM.
- Dória, A. R. (1958). *Ensino oro-audio-visual para os deficientes da audição*. Rio de Janeiro: MEC / INSM.
- FENEIS. (1987). *Relatório de atividades*. Rio de Janeiro: FENEIS.
- FENEIS. (1988). *Relatório de atividades*. Rio de Janeiro: FENEIS.
- FENEIS. (1990). *Relatório de atividades*. Rio de Janeiro: FENEIS.
- FENEIS. (1993). *Relatório de atividades*. Rio de Janeiro: FENEIS.
- FENEIS. (1994). *Relatório de atividades*. Rio de Janeiro: FENEIS.
- FENEIS. (1995). *Relatório de atividades*. Rio de Janeiro: FENEIS.
- FENEIS. (1996). *Relatório de atividades*. Rio de Janeiro: FENEIS.
- FENEIS. (1997). *Relatório de atividades*. Rio de Janeiro: FENEIS.
- FENEIS. (1998). *Relatório de atividades*. Rio de Janeiro: FENEIS.
- FENEIS. (1999). *Relatório de atividades*. Rio de Janeiro: FENEIS.
- FENEIS. (2000). *Relatório de atividades*. Rio de Janeiro: FENEIS.
- FENEIS. (2001). *Relatório de atividades*. Rio de Janeiro: FENEIS.
- FENEIS. (2002). *Relatório de atividades*. Rio de Janeiro: FENEIS.
- FENEIS. (2003). *Relatório de atividades*. Rio de Janeiro: FENEIS.
- Gesser, A. (2009). *Libras: que língua é essa?* Parábola.
- Jannuzzi, G. S. (2004). *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Brasil: Autores Associados.
- Koerner, E. F. (2014). *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Braga: Estúdio de Artes Gráficas.
- Klein, M. (2005). *Movimentos surdos e os discursos sobre surdez, educação e trabalho: a constituição do surdo trabalhador*. <https://cultura-sorda.org/movimentos-surdos-constituicao-do-surdo-trabalhador/>
- Lopes, M. C., & Veiga-Neto, A. (2006). Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar. *Perspectiva*, 24, 3 (2006), 81-100.
- Moura e Silva, A. J. (1896). *Relatório apresentado ao Diretor do Instituto dos Surdos*. Imprensa Nacional.
- Nakagawa, H. E. (2012). *Culturas surdas: o que se vê, o que se ouve*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa]. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/8801/1/ulfl128697_tm.pdf
- Quadros, R. M. (2004). *Bilinguismo: as línguas na educação de surdos*. FILE III - Fórum Internacional de Ensino de Línguas Estrangeiras, Pelotas.

- Rocha, S. M. (2008). *O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos* (2ª ed.). MEC/INES.
- Rocha, S. M. (2009). *Antíteses, díades, dicotomias no jogo entre memória e apagamento presentes nas narrativas da história da educação de surdos: um olhar para o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856/1961)*. [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro]. <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=13970@1>
- Rodrigues, I. C. (2002). *Debates em educação bilíngue para surdos: vozes que habitam o dizer não*. [Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro].
- Sánchez, C. M. (1990). *La increíble y triste historia de la sordera*. CEPROSORD.
- Silva, R. R. (2003). *A educação do surdo: minha experiência de professora itinerante da Rede Municipal de Ensino de Campinas*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas].
- Silva, V. (2006). Educação de surdos: uma releitura da primeira escola pública para surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880. Em R. M. Quadros, *Estudos surdos I*. Petrópolis: Arara Azul, 14-37.
- Skliar, C. B. (1997). Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In C. Skliar (Ed.), *Educação & Exclusão - Abordagens sócio-antropológicas em educação especial* (106-153). Porto Alegre: Editora Mediação.
- Soares, M. A. (2015). *A educação de surdo no Brasil*. Autores Associados.
- Strobel, K. L. (2009). *História da educação de Surdos*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Swiggers, P. (2019). Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas, problemas. In R. de O. Batista (Org.). *Historiografia Linguística* (45-80). São Paulo: Contexto.
- Widell, J. (1992). As fases históricas da cultura surda. *Revista do GELES*, 6, 20-49.